

A FORMAÇÃO SUPERIOR EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM PORTUGAL REGRESSO AO FUTURO

Luís Lobo-Fernandes

A obra em epígrafe, publicada pelas Edições Almedina numa conjuntura especialmente conturbada e complexa nas relações internacionais, dá expressão ao pluralismo metodológico desta área do saber, contemplando a diversidade de perspectivas epistemológicas do sistema internacional que cumpre considerar no exercício analítico. A escolha recai numa «arrumação» criteriosa, contribuindo para o valor ímpar da publicação. É composta por uma Introdução e sete capítulos, distribuídos de forma sistemática: o capítulo 1 dedica-se ao método estatístico (João Estevens); o capítulo 2 ao método comparativo (João Terrenas e Bruno Rocha); o capítulo 3 ao método histórico-comparativo (Tomé Ribeiro Gomes e Ana Grifo); o capítulo 4 ao método experimental (Sabrina Evangelista Medeiros e Ana Luiza Bravo e Paiva); o capítulo 5 ao método etno-gráfico (Raquel da Silva e Maria Clara Oliveira); o capítulo 6 ao estudo de caso (Teresa Nogueira Pinto); e o capítulo 7 aos métodos mistos (Pedro Seabra).

A questão de como estudar Relações Internacionais envolve genericamente o mesmo debate epistemológico que se pode verifi-

car no conjunto das Ciências Sociais e Humanas. No caso vertente centra-se nos métodos que devemos usar na investigação dos fenómenos políticos. A Escola clássica inclui o método descritivo-histórico tão familiar da riquíssima e vasta literatura das Humanidades, assente sobretudo numa estratégia dedutiva, com um enfoque qualitativo. As teorias ilustram o uso da dedução para gerar hipóteses e ponderar as

JOÃO TERRENAS,
LILIANA REIS, SUSANA
ROGEIRO NINA (Coords.)

Manual de métodos de investigação em Relações Internacionais

Edições Almedina,
2026, 181 pp.

Manual de Métodos de Investigação em Relações Internacionais

João Terrenas
Liliana Reis
Susana Rogeiro Nina



suas conclusões lógicas perante casos particulares. Porém, o exigente estudo dos complexos eventos internacionais não permite que apartemos qualquer das configurações metodológicas e de investigação. Referimo-nos especificamente ao método indutivo que se funda na experiência como fonte do conhecimento, privilegiando em grande medida o manuseamento de dados quantitativos. A estratégia indutiva assenta na observação e na construção de proposições a partir de casos particulares que permitirão eventualmente produzir generalizações. Reflete, por outro lado, uma «admiração» pelos métodos usados nas chamadas Ciências Experimentais, atribuindo conferindo grande importância à própria configuração da investigação, e aspira, tanto quanto possível, à medição dos fenómenos utilizando preferencialmente recursos quantitativos e métodos estatísticos.

Certas vertentes das estratégias indutivas e quantitativas podem ser referenciadas em Tucídides, e ulteriormente no próprio Platão e em Aristóteles. Segundo Charles Norris Cochrane (1889-1945), num trabalho fundamental intitulado *Thucydides and the science of history*, em Tucídides entreve-mos não só a descodificação sistematizada do «jogo do poder», mas a própria génese da análise científica das relações internacionais, evidenciando em especial que o clássico grego era um cientista na exata medida em que procurou uma ciência extirpada de misticismo e adaptara os princípios e os métodos de Demócrito e de Hipócrates – contemporâneo de ambos – na interpretação das dinâmicas políticas (Cochrane, 1965, p. 3). O contributo de

Tucídides para a compreensão das dinâmicas internacionais pode considerar-se deveras excecional (Lobo-Fernandes, 2017). E, como acentuou igualmente a grande helenista Jacqueline de Romilly (1913-2010), para Tucídides é fundamentalmente a *regra do interesse* entre Estados que determina a hierarquia dos fatores: ele convoca-nos a ver algo de mais profundo e permanente na arena política internacional (Romilly, 1990, p. 41). Mais tarde, no Iluminismo destacar-se-á Hermann Conring (1606-1682), em que a sua obra *Estatística*, elaborada para as universidades, assume expressão cimeira. Deve sublinhar-se mesmo o extraordinário pioneirismo empírico de Conring que se mostrava sobremaneira interessado em organizar e concatenar factos e eventos de forma a atingir uma compreensão fundamentada das relações internacionais (cf. Kirkpatrick, 1974, pp. 3-14). Diríamos, não obstante, que afortunadamente para as Ciências Políticas *latu sensu* – e também para crédito dos próprios cientistas políticos – a diferenciação daquelas configurações metodológicas está em grande medida resolvida. Ao invés de serem consideradas mutuamente exclusivas, as duas metodologias são hoje geralmente tidas como complementares. Como cada observador ou investigador «pesa» as diferentes estratégias de pesquisa e análise dependerá da escolha do método específico.

O aprofundamento sistemático das dinâmicas internacionais exige um conhecimento aprofundado dos dilemas, dos princípios, dos conceitos, das teorias e metodologias que distinguem esta área enquanto domínio científico autónomo. Em particular, a orga-

nização da aparente desordem e desconexão das dinâmicas internacionais é substancialmente melhorada através do conhecimento dos conceitos e modelos teóricos, que lhes conferem significado, ligação e maior coerência interna. Por sua vez, distinguir os vários níveis de análise – ou níveis de causalidade –, bem como aplicar e operacionalizar com rigor metodológico as diversas perspetivas de interpretação da realidade internacional, propiciará patamares de compreensão superiores, possibilitando concomitantemente a interpretação mais apurada das problemáticas. É, pois, necessário interrogarmo-nos sobre os novos ambientes internacionais, mas talvez mais do que isso, questionar a própria capacidade de aprendizagem e de interpretação de novos dados. E quem cita capacidades de aprendizagem, diz mobilização de recursos intelectuais, tais como competências periciais, informação qualificada, inovação, saber, e saber para fazer, em que as metodologias científicas – enquanto fator de rigor na análise das dinâmicas internacionais – assumem uma importância crescente.

O estudo científico das relações internacionais centrou-se em grande medida no esforço de racionalização das dinâmicas de poder e nas hipóteses de trabalho associadas ao sistema vestefaliano de Estados, procurando explorar a natureza fundamental do seu comportamento e ação. Daí que, originariamente, o próprio termo *relações internacionais* explicita sobretudo o campo das dinâmicas interestaduais, o mesmo seria dizer do espaço das relações formais entre Estados. Em rigor, o neologismo *internacional* emerge no período em que os esta-

dos marcavam de modo quase absoluto a arena das relações externas¹. Contudo, nas últimas décadas, os efeitos sistémicos multicontinentais da globalização, a emergência de atores transnacionais, o advento de formas de guerra híbrida, a visível redistribuição do poder na arena internacional, entre outras macrotendências significativas, confrontaram o domínio das Relações Internacionais com novos problemas teóricos e metodológicos. Tal premência adensou-se pela metamorfose parcial do próprio sistema vestefaliano, pelo que os desafios metodológicos e as agendas de investigação apontam hodiernamente para a necessidade crescente de incorporar o variado espectro de dinâmicas e problemas horizontais – que se somam às dinâmicas verticais entre Estados – na explicação dos fatores de mudança internacional, ou seja, a multiplicação quantitativa e qualitativa dos tipos de relações, de dinâmicas e de padrões que daí advêm. Sem esquecer, como sublinhou Elinor Ostrom (1933-2012), que as metodologias de investigação devem contribuir para o propósito central de identificar e aprofundar os processos básicos que ocorrem nos vários tipos de sistemas políticos em diferentes eras, e não tanto esgotarem-se unicamente em «confrontações intelectuais» de como apresentar ou representar descrições do mundo (cf. Ostrom, 1982, pp. 12-13).

Na visão aqui proposta, o assinalável pluralismo teórico e metodológico das Relações Internacionais – senão mesmo a «fragmentação» dos *standards* neste domínio – obriga a considerar três tipos fundamentais de conhecimento político. O conhecimento *descritivo* associa-se a

aspectos factuais (organizações internacionais regionais ou universais, países ribeirinhos, regimes demoliberais ou autoritários, etc.), estando o exercício descritivo especialmente rigoroso na base de áreas como a Etnologia, a Etnografia ou a Antropologia Cultural e Social. O conhecimento *explicativo* é mais ambicioso, pois aprofunda a análise para estabelecer nexos de causalidade (animosidade entre etnias ou religiões, fatores da violência política, estabilidade de regimes, etc.), sendo crucial a distinção entre *explanandum* (o facto a explicar) e *explanans* (a explicação propriamente dita, ou afirmação explicativa (cf. Popper, 1983, p. 13). Já o conhecimento *preditivo* assenta numa lógica previsional baseada em dados históricos, mas limitada por eventos imprevistos que podem alterar projeções (efeitos de mudanças de maioria governamental, probabilidade de acordos de paz, consequências de longo prazo do Brexit, etc.), articulando-se com a análise prospetiva, que explora tendências, riscos e oportunidades para enunciar cenários prováveis de evolução e apoiar decisores no planeamento estratégico.

Por outro lado, no exercício metodológico sobre as dinâmicas políticas internacionais, é imperioso considerar que uma das fontes fundamentais de conhecimento assenta no chamado método da ciência, fundado em quatro características principais: implica a procura de regularidades ou padrões nas relações internacionais; é empírico, dado que os objetos de análise podem ser observados e medidos; é cumulativo, na medida em que o conhecimento

acumulado constitui um veículo para novas descobertas e pode (e deve) ser questionado; e é testável, isto é, as premissas são suscetíveis de confirmação ou de refutação, sendo que a aplicação do mesmo método ao mesmo fenómeno deverá produzir conclusões idênticas.

Diríamos, por último, que este útil e tempestivo *Manual de métodos de investigação em Relações Internacionais* que surge no horizonte editorial português num contexto internacional de acentuada volatilidade, configura um autêntico regresso ao futuro porquanto trata-se de assinalar uma ideia inovadora das instituições universitárias que frutificou e é, hoje, um fator de projeção das universidades portuguesas quer a nível nacional, quer a nível internacional. Foi seguramente uma aposta ganha. Deve referir-se que a formação superior em Portugal no domínio específico da Ciência Política e Relações Internacionais só foi possível após Abril de 1974, constituindo uma feliz expressão da expansão do ensino superior que então ocorreu. O desiderato de «cartografar» as principais metodologias disponíveis no horizonte científico das Relações Internacionais, criteriosamente delineadas nesta publicação, merecerá não só uma leitura atenta dos investigadores, mas também do público mais especializado, contribuindo para alargar a importância manifesta desta iniciativa, tendo sempre em mente que a maioria das modelações teóricas em Ciências Políticas e Sociais não são monocausais, mas sim multicausais. **Rd**

Data de receção: 8 de maio de 2026 | Data de aprovação: 20 de maio de 2026

Luís Lobo-Fernandes Professor catedrático (aposentado) de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho e titular, desde 2004, da cátedra Jean Monnet de Integração Política Europeia. Foi Fulbright Visiting Scholar na The Henry M. Jackson School of International Studies, University of Washington (Seattle), e beneficiário da Calouste Gulbenkian Fellowship na School of Advanced International Studies (SAIS),

Johns Hopkins University (Washington, DC). Atualmente, é professor visitante na School of Public and International Affairs (SPIA) da University of Cincinnati, onde se doutorou em 1995.

➤ Escola de Economia, Gestão e Ciência Política, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Edifício 8, 4710-057 Braga, Portugal | luislobo@eeg.uminho.pt

NOTA

¹ É atribuída a Jeremy Bentham a primeira referência expressa ao termo *internacional*, no ano de 1780 (cf. Suganami, 1978, pp. 226-232).

BIBLIOGRAFIA

Cochrane, C. N. (1965). *Thucydides and the science of history* (originalmente publicado em 1929). Russell & Russell Inc.

Kirkpatrick, S. A. (1974). *Quantitative analysis of political data*. Columbus, OH: Charles E. Merrill Publishing Company.

Lobo-Fernandes, L. (2017). O dilema de segurança e a modernidade absoluta de Tucídides. *Relações Internacionais* (55), 135-138.

Ostrom, E. (1982). Beyond positivism: An introduction to this volume. In E. Ostrom (Ed.), *Strategies of political inquiry*. Sage Publications.

Popper, K. (1983). *O racionalismo crítico na política*. Editora da Universidade de Brasília.

Romilly, Jacqueline de (1990). *La construction de la vérité chez Thucydide*. Julliard.

Suganami, H. (1978). A note on the origin of the word «international». *British Journal of International Studies*, 4, 226-232.